



SECRETÁRIO JOSÉ LUIZ VALENTE: ATESTADOS E DOCENTES SERÃO ANALISADOS

R\$ 13,5 mi em licenças

As licenças médicas apresentadas pelos professores da rede pública custaram aos cofres do GDF nada menos que R\$ 13,5 milhões entre os meses de fevereiro e novembro deste ano. O valor — pago aos docentes que tiveram de entrar em sala de aula para substituir os titulares afastados — seria suficiente para construir cinco escolas de ensino infantil e ainda sobraria R\$ 1 milhão. Pior: na conta, não estão incluídos as quase três semanas de atividade escolar de dezembro e os gastos com 13º salário e pagamento de indenização de férias que ainda serão calculados. “É a primeira vez que o governo identifica com precisão o custo dos atestados por motivo de doença. A partir desse quadro, vamos atuar na correção do rumo”, argumenta o secretário José Luiz Valente.

Nos 10 meses tabulados, foram R\$ 12,6 milhões de licenças para tratamento de saúde e R\$ 917 mil gastos com a prorrogação dos afastamentos. A descoberta foi possível pela criação do banco de docentes substitutos no ano passado. Os 5 mil professores foram pagos por hora-aula. Ao todo, deram pouco mais de um milhão de aulas horárias — o equivalente a toda a rede de ensino de Anápolis, cidade goiana com quase 350 mil habitantes.

“Vamos incentivar a manutenção dos professores em sala de aula. Um dos dados considerados no pagamento do bônus de desempenho será exatamente a gestão mais enxuta, ou seja, com menos gastos de substituição de professores”,

adianta a secretária-adjunta de Educação, Eunice Oliveira, referindo-se ao 14º salário que será pago no fim de 2009 para os servidores das escolas que atenderem índices de aprendizado, política pedagógica e gestão. Na prática, a secretaria espera que esse fator faça com que os docentes atuem para que os colegas não exagerem no número de licenças e tenham mais compromisso com a assiduidade.

Além disso, o governo abriu licitação para a compra de microfones e, no decorrer do ano que vem, deve trocar o giz por pincel atômico. As duas medidas visam diminuir o afastamento por causa de problemas nas cordas vocais e respiratórios, respectivamente. De acordo com Valente, a criação de um acompanhamento imediato dos afastamentos pode dar à secretaria a chance de atuar na prevenção e na punição. Quando percebermos que um professor apresenta muitos atestados, vamos trabalhar para que ele cuide do problema de saúde e, no caso de identificarmos os que usam atestado de forma inadequada, abriremos sindicância, processo disciplinar e, se couber, consideraremos a demissão.”

Para o diretor do Sindicato dos Professores do DF, Antônio Lisboa, os altos números de afastamento mostram a alarmante situação da rede de ensino: “Os números mostram que é preciso fazer algo. Não dá para ficar inoperante diante de um problema de saúde dos professores que, diga-se de passagem, é mundial”. (EK)

16 DEZ 2009

CORREIO BRAZILEIRO